

ESCOLHA

SUA (OU PENSE PELO VLE220)

DISTOPIA

LUIZ EDUARDO SOARES

70

Rio de Janeiro, 2025

Escolha sua Distopia

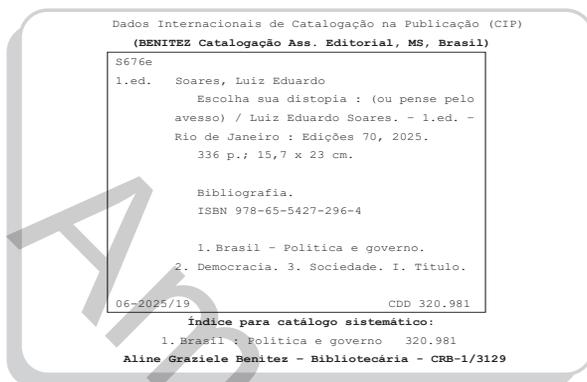
Copyright © 2025 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 by Luiz Eduardo Soares.

ISBN: 978-65-5427-296-4

Impresso no Brasil — 1ª Edição, 2025 — Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Marco Pace

Vendas Governamentais: Cristiane Mutus

Gerência Comercial: Claudio Lima

Produtora Editorial: Andreza Moraes

Revisão: Livia Rosa Rodrigues

Diagramação: Aurélio Corrêa

Capa: Junior Santos



Rua Viúva Cláudio, 291 — Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 — Rio de Janeiro (RJ)
Tels: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br — altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouidoria@altabooks.com.br



Para Miriam Krenzinger, parceira e guia nessa jornada.

Amostra

À memória de Luiz Jorge Werneck Vianna – lucidez, inteligência,
generosidade, compromisso e paixão.

Amostra

SUMÁRIO

Parte I **Brasil das Milícias**

- Capítulo 1: **À guisa de introdução: Onde estamos e como chegamos aqui**..... 3
- Capítulo 2: **Estruturas elementares da violência e do neofascismo no Rio de Janeiro** 23
- Capítulo 3: **Milícias e suas relações com o Poder Público**.....34
- Capítulo 4: **Milícias, um desafio para a democracia**.....49

Parte II **Como Perdemos o Controle das Polícias?**

- Capítulo 5: **Polícia e democracia**77
- Capítulo 6: **Visão de túnel: segurança pública, ética e justiça no Brasil**..... 120
- Capítulo 7: **Democracia despedaçada**133
- Capítulo 8: **A dramática ruptura entre autoridade e poder**....146
- Capítulo 9: **Diagnóstico sintético da insegurança pública no Brasil** 153

Parte III **Crônica das Oportunidades Perdidas**

- Capítulo 10: **Junho ou as Idades da Pedra**..... 163
- Capítulo 11: **Obstáculos ao diálogo intergeracional entre intelectuais e ativistas no Brasil contemporâneo** 185

Parte IV **Pensar Pelo Averso**

- Capítulo 12 : **Individualidade e direitos humanos: alguns flagrantes..... 199**
- Capítulo 13: **Giro ao redor do direito penal e da psicanálise**
Ou: Como abordar a infâmia suprema de um crime sem vítima que encarcera em massa e sustenta a guerra contra os pobres?.....263
- Capítulo 14: **Perdão e Reconciliação: o humanismo depois de sua derrocada273**

Amostra

PARTE I

BRASIL DAS MILÍCIAS

Amostra

CAPÍTULO 1

À GUIA DE INTRODUÇÃO: ONDE ESTAMOS E COMO CHEGAMOS AQUI¹

Para Miriam Krenzinger, parceira e guia nessa jornada.
Luiz Eduardo Soares

EPÍGRAFE 1:

Em 2013, levamos o ódio pra passear e foi lindo, a despeito de tudo. Hoje, jantamos em família, um pouco inquietos, porque intuímos o dragão na garagem – diligentemente o alimentamos com as sobras do dia e o sangue do futuro. Dormimos com um barulho desses.

(Postei no Facebook, em 14 de dezembro de 2020)

EPÍGRAFE 2:

Leitura da carta histórica em defesa da democracia, no Largo de São Francisco, na USP. Que bom! Fico feliz e choro como todo mundo. Todo mundo, digamos, civilizado. Afi-

¹ A tradução francesa de uma primeira versão da primeira parte do presente artigo, sob o título “La démocratie brésilienne en ruines”, foi publicada na revista **AOC media – Analyse Opinion Critique** (em 28.06.21)

nal, um país não vive sem mitos – mas o que é um país? – e os mitos se fazem de remissões reverentes a si mesmos, esculpidos em bronze no altar das tradições. Ante a majestade das Arcadas, a escumalha não vitupera o capitalismo – imperam os bons modos, enfim. Para exorcizar o mal maior, sacrificam-se as diferenças de classe. Para enxotar o fascismo, celebra-se a união entre capital e trabalho, etc. É isso mesmo, estou de pleno acordo: quem haveria de contestar a razão? Mas nem por isso nos eximimos de pensar. E pensar pra valer, visceralmente. Hoje, disputam a cena – e o poder de ordenar o caos de vislumbres e afetos – dois mitos: o mito das Arcadas – as Cartas do Largo de São Francisco, 1977 & 2022 – e o mito das ruínas; o passadista e o escatológico. O primeiro remete a antecedentes respeitáveis que fizeram história e se agarra às conquistas que construíram as cidades e seus labirintos – e nos trouxeram ao impasse, acumulando iniquidades. O segundo, fascista, promete ruínas, fogo e sangue. O primeiro fala às elites, evocando o povo. O segundo rosna e grasna, acena ao ódio aceso no braseiro da história, cutuca o ventre vazio do que os doutos chamam povo. Um dia, teremos de superar o dó de peito eloquente dos bacharéis e falar francamente, sem empostação de voz, sobre não sermos um país, sobre os limites do que chamamos democracia, sobre a pusilanimidade das instituições. Hoje, porém, mais uma vez hoje dependemos da patriotada de fancaria para não sermos devorados por Leviatã. Sigamos juntos, então. Marchemos lado a lado com os homens ociosos, apertemos as mãos geladas do burguês fidalgo, como se fôssemos imunes ao odor pútrido do cadáver engalanado. O que a conjuntura exige de nós não é coragem, mas um pouquinho de transigência com o patético. Já, já – não vai demorar muito, talvez nem mesmo um século – recuperaremos a compostura. Mas esqueçam tudo isso assim que terminarem de ler. Se me cobrarem por essa irresponsabilidade, negarei. Negarei sempre, sem piscar, sem hesitar. Negarei. Nunca escrevi nada disso. Essas palavras não são minhas. Também sei transigir com a transigência ilimitada da alma plástica e flexível desta nação varonil. E viva o Brasil!

(Postei no Facebook, em 11 de agosto de 2022)

I. UM PAÍS FLERTANDO COM A DISTOPIA

Em junho de 2013, um milhão de pessoas ocuparam a maior avenida do Rio de Janeiro, em um clima de festa e revolta, erguendo pequenos cartazes individuais bem-humorados, repletos de indignação e ironia, bradando gritos de guerra e amor, e não era carnaval. Dirigentes esquerdistas da tradicional organização nacional dos estudantes caminhavam anônimos e atônitos, em meio à multidão, perguntando-se quem convocara, quem estava no comando, quem tinha aquele poder imenso. Quem, se não havia carro de som, bandeiras, palavras de ordem? Quem, se lá não estavam partidos e sindicatos? Não acreditavam que aquele mar de gente pudesse se mobilizar sem liderança, atendendo ao chamado espontâneo das redes sociais. O mesmo acontecia, por contágio, em quase todo o país. Estavam perdidos como as demais lideranças da esquerda e da direita, como o governo Dilma Rousseff e os intelectuais ouvidos pela presidenta, cuja opinião predominante logo se fixou na tese convencional: “Só pode ser coisa da CIA, do NSA, do imperialismo, associados às forças reacionárias da burguesia brasileira”. Governos estaduais lançaram suas polícias na impossível e sangrenta missão repressiva, e o caldo entornou. As manifestações se multiplicaram. Quem esteve nas ruas constatou, entretanto, que as pautas e demandas eram plurais e contraditórias, havia grupos assumidamente direitistas, mas muitos outros identificados com agendas e valores de esquerda.

A única definição fiel à realidade era: Babel. Evidentemente, a CIA estava presente, mas quando não esteve? Entretanto, óbvio que não seria capaz de montar tamanho espetáculo. O desejo de mudança, à esquerda, também estava lá, animando sobretudo os mais jovens. Todas as correntes de opinião tomaram as ruas. E se todas as tendências estavam nas ruas, a questão política passava a ser: quem será capaz de canalizar tamanha energia disruptiva? A postura defensiva, paranoica e insensível do Partido dos Trabalhadores renunciava que as esquerdas não saberiam lidar com aquele deslocamento de placas tectônicas da subjetividade coletiva. Não saberiam dialogar com aqueles desejos e afetos, nem dar curso àquela vontade de participação, àquela ânsia de protagonismo.

Nas ruas, só uma certeza era compartilhada por todos: a representação política e sua institucionalidade haviam colapsado; a sociedade se tornara complexa e dinâmica demais para o figurino envelhecido da democracia limitada ao voto e à escolha entre discursos cada vez mais parecidos e distantes da realidade cotidiana, sobretudo das grandes cidades, mal atendidas

por serviços públicos deficientes, assoladas por desigualdades abissais, corrupção e violência, carência de moradia e transporte decente, saúde pública e saneamento precários.

Paradoxalmente, a sociedade despertava de sua aparente letargia, porque o país havia melhorado muito, em quase todas as áreas, sobretudo nos governos do PT, desde 2003. Dezenas de milhões de pessoas foram integradas ao mercado de consumo, o desemprego quase desapareceu, o salário mínimo valorizou-se, trabalhadores tiveram acesso a crédito, o Brasil saiu do mapa da fome e políticas afirmativas abriram as portas das universidades públicas a negros e pobres. As iniciativas distributivas foram muito importantes, embora tímidas e absolutamente insuficientes, ante o racismo estrutural, a brutalidade do machismo patriarcal, as iniquidades aviltantes no acesso à Justiça, o encarceramento em massa da juventude favelada – na hipócrita guerra às drogas –, a descontrolada violência policial e as elevadas taxas de exploração do trabalho. Os críticos à esquerda desprezavam as políticas sociais por considerá-las concessões irrelevantes, face aos lucros crescentes do capital financeiro e do agrogócio, mas as massas populares reconheciam os avanços como conquistas que transformavam seu cotidiano. Não por acaso, Lula concluiu seu segundo mandato presidencial, em 2010, com mais de 80% de aprovação.

A população foi às ruas, em 2013, porque se sentia potente para reivindicar o que passara a perceber como seus direitos. Queria mais, queria ir além, agora que compreendia que seria possível e que era legítimo pleitear mais. A massa popular e as camadas médias baixas, tratadas pela primeira vez como cidadãs, passavam a agir como cidadãs, protagonistas da história de seu país. A classe média sentia que havia espaço para cobrar serviços públicos dignos em troca dos impostos que pagava. Em meio ao rumor da multidão, também rugiam vozes fascistas e racistas, que rejeitavam políticas afirmativas e valores igualitários. Havia também o rancor reacionário dos recalcados e ressentidos.

Desde o começo dos anos 1990, a religiosidade popular neopentecostal se expandia, celeremente, difundindo a teologia da prosperidade, que prometia benefícios nesse mundo, nessa vida. Os tempos de Lula e a maior parte do primeiro mandato de Dilma confirmavam as profecias otimistas, a prosperidade era real, fortalecendo os vínculos das camadas mais pobres com a nova religiosidade e suas igrejas, cujos líderes viriam a se tornar, na sequência, majoritariamente, porta-vozes do ultraconservadorismo. Para dizê-lo em “sociologuês”: o êxito dos governos do PT ofereceu estruturas de plausibilidade ao discurso neopentecostal, tornou verossímil a teologia da prosperidade. Em paralelo, a ascensão social, mesmo limitada, abria horizontes, elevava expectati-

vas, estimulava o endividamento e ampliava ambições. Tais condições fariam com que uma eventual crise econômica, além de dramática, se convertesse em uma decepção em larga escala, em uma dolorosa e deprimente reversão de expectativas, que seria vivida pelo povo trabalhador, e mesmo pelas camadas médias, como traição. E a crise chegou, lançando o segundo governo Dilma, em 2015, no abismo da impopularidade, de que se aproveitaram os abutres, sempre atentos à oportunidade de enfiarem goela abaixo da sociedade a agenda neoliberal: austeridade, ajuste fiscal, privatizações, supressão de direitos, desemprego para controlar as massas e depreciar salários, retração do Estado e transferência de renda para as elites.

A oposição liberal-conservadora identificou na crise instalada a grande oportunidade para golpear o governo – com um *impeachment* fundado em crime de responsabilidade inexistente –, isolar o PT, os movimentos sociais progressistas, as organizações dos trabalhadores, e implantar uma agenda neoliberal selvagem, devastando direitos e conquistas sociais, consagradas na Constituição de 1988, que coroara a transição da ditadura para a democracia. Dilma foi substituída pelo vice-presidente Temer e a agenda regressiva começou a ser implementada. Nada disso teria sido possível, entretanto, não fosse a operação de *lawfare* articulada pelas elites econômicas com as maiores empresas de comunicação brasileiras, segmentos do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, de unidades de inteligência norte-americanas e do meio político. A operação se chamou Lava Jato.

Essa articulação ofereceu a linguagem e a narrativa capazes de canalizar e dirigir a energia desprendida em 2013, marginalizando a parcela inassimilável, resistente a tal captura. A fábula contada, diariamente, a milhões de leitores, ouvintes, internautas e telespectadores era a seguinte: a sociedade foi dominada pelo Estado – composto de parasitas corruptos – que vampiriza seu esforço e drena os frutos de seu trabalho. A tarefa dos “homens de bem”, portanto, deveria ser apoiar os Torquemadas da Nova Inquisição, que travam a guerra santa para libertar a sociedade, por meio de um higienismo antipolítico, uma faxina moral, exorcizando a corrupção. Note-se que a mensagem acaba sendo: o Estado e seus tripulantes (políticos, funcionários, burocratas) são a fonte do mal e se expressam sob a forma de taxas, impostos e normas que regulam práticas econômicas e relações de trabalho, obstam a liberdade e o fluxo das energias produtivas. Ao conjunto de agentes, leis e instituições dá-se o nome de “O Sistema”. A contrapartida da crítica ao sistema é clara: se o mercado for entregue a si mesmo, libertado do fardo de impostos e regulações, a riqueza virá em abundância, recompensando a todos, de acordo com os respectivos